

Revista
Latino-americana de

*G*eografia e Gênero

Volume 16, número 1 (2025)

ISSN: 2177-2886

Artigo

A Mulher que Abriu Caminhos: Uma Liderança Feminina no Quilombo Grilo, Paraíba, Brasil

*La Mujer que Abrió los Caminos: Liderazgo Femenino
em Quilombo Grilo, Paraíba, Brasil*

*The Woman who Opened Paths: Female Leadership in
Quilombo Grilo, Paraíba, Brasil*

Leide Joice Pontes Portela

Universidade Federal de Rondônia - Brasil

joice.portela13@gmail.com

Maria Salomé Lopes Fredrich

Universidade Federal do Oeste do Pará - Brasil

salomefredrich@hotmail.com

Como citar este artigo:

PORTELA, Leide Joice Pontes; FREDRICH, Maria Salomé Lopes. A Mulher que Abriu Caminhos: Uma Liderança Feminina no Quilombo Grilo, Paraíba, Brasil. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n. 1, p. 271-288, 2025. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

A Mulher que Abriu Caminhos: Uma Liderança Feminina no Quilombo Grilo, Paraíba, Brasil

La Mujer que Abrió los Caminos: Liderazgo Femenino em Quilombo Grilo, Paraíba, Brasil

The Woman who Opened Paths: Female Leadership in Quilombo Grilo, Paraíba, Brasil

Resumo

Diante da exploração e opressão que afetam as comunidades quilombolas rurais, surgem resistências cotidianas, destacando-se o papel de liderança, essencial para a articulação dos saberes ancestrais na luta pela terra. Nos quilombos, a liderança é também assumida por mulheres, que se opõem às injustiças e desigualdades. Este texto, com uma abordagem geográfica interseccional e apoio da História de Vida, tem como objetivo apresentar as vivências, práticas e territorialidades de uma mulher líder no quilombo do Grilo, em Riachão do Bacamarte, Paraíba.

Palavras-Chave: Quilombo Grilo, Mulher quilombola, Luta pela terra, Paraíba.

Resumen

Ante la explotación y opresión que afectan a las comunidades quilombolas rurales, surgen resistencias cotidianas, destacándose el papel de liderazgo, esencial para articular los saberes ancestrales en la lucha por la tierra. En los quilombos, las mujeres también asumen el liderazgo, desafiando las injusticias y desigualdades. Este texto, con un enfoque geográfico interseccional y apoyado por la Historia de la Vida, tiene como objetivo presentar las experiencias, prácticas y territorialidades de supervivencia de una mujer líder en el Quilombo do Grilo, en Riachão do Bacamarte, Paraíba, Brasil.

Palabras clave: Quilombo do Grilo; Mujer quilombola; Lucha por la tierra, Paraíba.

Abstract

Due to the exploitation and oppression affecting rural *quilombola* communities, everyday resistances emerge, with a focus on the role of leadership, which is essential to articulate ancestral knowledge in the struggle for land. In *quilombos*, women also take on leadership roles, challenging injustices and inequalities. This text, with an intersectional geographic approach and supported by Life History, aims to present the experiences, practices, and survival territorialities of a female leader in the *Quilombo do Grilo*, in Riachão do Bacamarte, Paraíba.

Keywords: *Quilombo do Grilo*, Quilombola woman, Land struggle, Paraíba.

Leide Joice Pontes Portela, Maria Salomé Lopes Fredrich



Introdução

A construção cotidiana e coletiva das resistências no âmbito da luta quilombola também é realizada por mulheres. Elas trabalham, organizam e articulam suas forças e saberes-fazer, em prol da luta comunitária que envolve seus territórios. Sem a transgressão da força feminina, muitos territórios quilombolas sequer poderiam imaginar um modo de vida e um futuro em que pudessem romper com o silenciamento e com o lugar de subalternidade reservado às pessoas negras quilombolas de comunidades rurais.

Sem a presença de mulheres que são lideranças comunitárias, trabalhadoras rurais, parteiras, benzedeadas, mães, entre outras, os territórios quilombolas não existiriam. É da vivência expressa na luta, na dor, na fragilidade, nas conquistas, no trabalho e na inspiradora força de uma mulher quilombola que queremos falar. Este é um texto sobre encontro e partilha.

No agreste paraibano, no município de Riachão do Bacamarte, a aproximadamente 88 km de João Pessoa, capital da Paraíba, existe uma comunidade quilombola chamada Grilo¹. É nesse quilombo, situado no alto de uma serra e serpenteado por lajedos, que encontramos a coragem de uma mulher que, por anos, assumiu a responsabilidade de uma tarefa difícil, árdua e muitas vezes ameaçadora: a de liderar. Leonilda Coelho Tenório dos Santos, conhecida como Paquinha², há mais de 20 anos, tem sido a principal articuladora da luta quilombola no Grilo, coordenando a resistência e a organização comunitária, enfrentando os desafios e as adversidades, em nome da manutenção do território quilombola.

Este trabalho tem como objetivo analisar as territorialidades de sobrevivência desenvolvidas por Paquinha, as quais, ao longo de sua trajetória como liderança quilombola, foram fundamentais para a formação, legitimação e titulação do Quilombo Grilo. Para atingir esse objetivo, adotaremos uma abordagem interseccional da Geografia, que considera as interações entre questões de gênero, raça e território, com o intuito de compreender como esses fatores influenciam as dinâmicas de resistência e organização quilombola.

A metodologia adotada será a da História de Vida, abordagem que permite uma análise aprofundada das experiências individuais e coletivas de Paquinha. Esta metodologia será complementada por um trabalho de campo realizado em janeiro de 2023, no Quilombo Grilo. O objetivo foi captar as nuances do cotidiano e as estratégias de resistência e liderança quilombola. O conjunto metodológico proporcionou uma análise mais rica e contextualizada da trajetória de Paquinha, bem como do processo de constituição e territorialização do Quilombo Grilo.

1 Recebe esse nome devido à grande quantidade de grilos que insistiam em se instalar próximo à única cacimba de água que abastecia a comunidade.

2 Optamos por não incluir nenhum registro fotográfico de Paquinha, com o intuito de preservar sua identidade e segurança.

Para Existir, Tem que Resistir

Paquinha assumiu a liderança da comunidade, onde até então poucos moradores se reconheciam como quilombolas, pois mal sabiam o que significava "quilombo". Foi com a visita de um padre³ italiano que as coisas começaram a fazer sentido. Ao ouvir as histórias e mergulhar nas memórias dos moradores do Grilo, o padre rapidamente percebeu que aquele não era um lugar de terra infértil; aquela terra foi gestada na ancestralidade e forjada pelo trabalho de mãos negras. Aquela comunidade era um quilombo.

Ao compreender o processo agrário e étnico das terras em que vivia, Paquinha passou a concentrar-se intensamente no acionamento da identidade quilombola, pois sabia que, com isso, o território do Grilo seria preservado conforme o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988.

No longo e árduo trabalho de articulações políticas, resgate das memórias, saberes e práticas, Paquinha trabalhou incansavelmente para a legitimação do território quilombola do Grilo. Ao contribuir para a construção do território e da territorialidade da comunidade, Paquinha se tornou símbolo da luta coletiva do campesinato negro no Brasil, que, mesmo após a abolição, continuou a sofrer as mais diversas violências e sujeições, sendo tratados como "impostores" em suas próprias terras.

No contexto da investigação teórica para a elaboração deste texto, e seguindo os estudos histórico-geográficos sobre a formação territorial das comunidades negras no estado da Paraíba, foi possível recorrer a Maracajá (2013), que complementa a análise, afirmando que na Paraíba houve resistência da população negra frente às crueldades da escravidão, às perseguições e aos maus-tratos, em diversos contextos e formas. Tais resistências contribuíram para a constituição de territórios de vivência e resistência, como os quilombos, que participaram ativamente dos eventos contestatórios ocorridos em várias cidades e vilas da Paraíba.

Para compreendermos os múltiplos contextos, experiências, mudanças e permanências, dinâmicas e ritmos dos quilombos contemporâneos, é necessário recuperar criticamente o legado que aponta para a construção das origens, autonomias e possíveis formas de organização territorial, em um contexto de um sistema colonial escravista, de base racial, que se forjou entre os séculos XVI e XIX. Tanto o termo "quilombo" quanto "quilombolas" era utilizado para caracterizar sujeitos e grupos sociais organizados em prol da contestação ao sistema escravocrata dominante. Questionar as diversas origens dos quilombos no Brasil, suas formas organizacionais e as autonomias historicamente construídas é um caminho para entender profundamente as variadas "formas de produção e reprodução existentes que resistem a múltiplos contextos do Brasil" (Monteiro, 2020, p. 363).

Diante do quilombo enquanto instituição africana, originada na sociedade guerreira Imbangala, que dominou Angola, e considerando o quilombo como instituição no período colonial e imperial no Brasil, pesquisados por Beatriz

3 Membro da Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes (AACADE-PB).

Nascimento, é possível perceber, tanto em exemplos práticos quanto teóricos, que os quilombos não são homogêneos. Nem todos tiveram sua formação territorial a partir da fuga da escravidão; existiram outras territorialidades. As comunidades quilombolas espalhadas por todo o Brasil são distintas, com modos de vida, mitos de origem, manifestações culturais e religiosas únicas. No entanto, apesar dessas diferenças, elas mantêm um elo inquebrável: a ancestralidade.

Beatriz Nascimento (2006) destaca que a primeira referência ao termo “quilombo” aparece em um documento oficial português de 1559. Contudo, é somente em 2 de dezembro de 1740, diante do aumento das populações negras livres no domínio colonial, que as autoridades portuguesas, preocupadas com esse fenômeno, passaram a definir o que seria um quilombo: “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Nascimento, 2006, p. 119).

Segundo a autora, foi no final do século XIX que o quilombo passou a ser visto como um instrumento ideológico de resistência contra as formas de opressão. Sua mística passou a alimentar e fortalecer o sonho de liberdade de milhares de escravizados, especialmente por meio da retórica abolicionista. Esse processo de transformação do quilombo, de uma instituição concreta para um símbolo de resistência, redefine sua natureza, dando origem a um novo significado de aquilombar-se, agora desvinculado da concepção colonial de pessoas negras como fugitivas e rebeldes.

Zélia Amador de Deus (2012) contribui para essa discussão, ao afirmar que a recuperação dos quilombos como testemunho de uma resistência, até 1988, invisível ao Estado brasileiro sob a denominação genérica de “comunidades negras rurais”, é de grande importância. A autora ressalta que, em agosto de 1986, durante o congresso “O Negro e a Constituinte”, realizado em Brasília, o movimento negro ressignifica os quilombos históricos e consegue garantir, na Constituição Federal de 1988, o artigo 68 das disposições transitórias: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Em outras palavras, os quilombolas quebram os “princípios constantes” da cultura nacional e invadem a cena para narrar suas próprias histórias, emergindo da invisibilidade em que viveram por séculos, à margem da narrativa nacional. Para Amador de Deus (2012, p. 73), “hoje, a nação brasileira não pode mais pensar sua narrativa de nacionalidade sem considerar os quilombos”.

Vários autores e autoras discutem a história da afrodíaspóra e a trajetória das pessoas negras dispersas pelas Américas. O conceito de aquilombagem, assim como as diferentes compreensões sobre o que significa ser quilombola, podem ser encontrados em diversas bibliografias, como as de Abdias Nascimento, Flávio Gomes, Clóvis Moura, João José Reis, Beatriz Nascimento, entre outros.

Apresentamos algumas dessas referências, mas acreditamos que a própria trajetória de vida de Paquinha, ligada à comunidade quilombola do Grilo, serve melhor como referência teórica e prática. Como afirma Bispo dos Santos

(2015), a trajetória desses povos é visível materialmente e pode ser sentida imaterialmente a partir da ancestralidade que emana e reivindica.

A ancestralidade, que caminha junto ao corpo, expressa a combinação entre materialidade e imaterialidade. O corpo que resiste, trabalha e sobrevive não é um corpo vazio; ele é dotado de sentimentos, emoções, conhecimentos, saberes, crenças e aspirações. E, nesse contexto, o corpo carrega gênero, cor e idade. Paquinha torna isso explícito a partir de sua própria vivência: ela não é apenas um corpo que se move para o trabalho ou para a lida no roçado; ela se move para além disso. Ela movimenta uma luta. Ao chegar ao Quilombo Grilo, é impossível não se comover com a dor da luta cotidiana e com a força necessária para enfrentar uma sociedade racista. Para existir, é preciso resistir.

São trajetórias como a de Paquinha que nos fazem repensar o espaço a partir da diferença e da multiplicidade, onde o movimento e a fluidez são constituintes das espacialidades. Doreen Massey (2008) nos ampara nesta perspectiva, ao compreender o espaço como um produto de inter-relações, sendo formado por interações. O cruzamento das trajetórias também é respaldado pela interseccionalidade, que permite a construção de uma perspectiva analítica complexa das espacialidades. Esse conceito nos oferece a oportunidade de evitar a armadilha de entender o espaço como algo fixo, dado e constituído por dinâmicas sociais pouco palpáveis no cotidiano das pessoas (Silva; Nascimento Silva, 2014).

Silva e Nascimento Silva (2014) afirmam que, há muito tempo, as geografias feministas denunciam a hegemonia de uma Geografia masculina, branca, ocidental, elitizada e heterossexual. No entanto, já é amplamente reconhecida a enorme contribuição das correntes feministas e étnico-raciais para as transformações no pensamento e na prática científica. Com a expansão da Geografia Cultural no Brasil, a ideia de interseccionalidade passou a ser articulada à imaginação geográfica, uma vez que uma pessoa vivencia simultaneamente várias facetas identitárias, como gênero, raça, sexualidade, classe, nacionalidade, religião, entre outras, mediadas pelo espaço e pelo tempo. Essas facetas são fundamentais para entender os movimentos e as interações dessas intersecções.

Nesse percurso intelectual e de resistência, que foi ofuscado pelas perspectivas hegemônicas do saber, foi a produção teórica dos feminismos negros que fortaleceu a ideia de incluir novas experiências de diásporas, permitindo que outros grupos de mulheres e suas vivências espaço-temporais fossem melhor compreendidos. Silva e Nascimento Silva (2014) destacam a importância da contribuição do feminismo negro e sua produção intelectual para a teoria feminista em geral, para os estudos culturais e para a luta político-científica, "construindo um sólido caminho argumentativo que fundamentou a concepção do conceito de interseccionalidade" (Silva; Nascimento Silva, 2014, p. 20).

A partir da interseccionalidade, é possível perceber vários eixos de poder, sendo cada um distinto. Por exemplo, a opressão de classe é diferente da opressão de gênero. Contudo:

estes eixos se encontram, se cruzam e criam intersecções complexas e simultâneas. Uma mulher negra, lésbica e de baixa renda, por

consequência, está sujeita a ser atingida por um intenso fluxo dos eixos de poder, sendo sujeitada de forma simultânea a múltiplas opressões. O desafio dos grupos que sofrem múltiplas e simultâneas opressões é negociar os variados fluxos que se encontram nas intersecções (Silva; Nascimento e Silva, 2014, p. 29).

A interseccionalidade permite que a Geografia desenvolva uma criticidade política capaz de compreender a fluidez das identidades subalternas, marcadas por preconceitos e subordinações de gênero, classe e raça, e pelas opressões estruturantes da matriz colonialista (Akotirene, 2019; Silva; Nascimento Silva, 2014). Assim, a interseccionalidade oferece um suporte teórico e metodológico para analisar a indissociabilidade do racismo, capitalismo e heteropatriarcado, que, enquanto estruturas de poder, vitimizam as mulheres negras, especialmente por meio da intersecção dos eixos de poder: gênero, raça e classe.

Nesse contexto, a partir do trabalho de campo realizado em janeiro de 2023 e da pesquisa bibliográfica, utilizamos a metodologia da História de Vida. Essa abordagem permite uma articulação entre a história coletiva e a história individual, funcionando como uma ponte entre a trajetória de um indivíduo e a prática social do grupo ao qual pertence. Por meio dos relatos das Histórias de Vida, é possível caracterizar os valores, significados e ações do grupo. Nesse sentido, o cotidiano de Paquinha é abordado através de sua História de Vida, entendida como um conjunto de práticas espaciais que definem o grupo, suas territorialidades e as lutas nas quais Paquinha está envolvida.

O estudo e o registro dessas trajetórias de resistência são essenciais para a construção de uma sociedade mais emancipatória e de uma Geografia mais diversa e conectada com as pessoas. No caso do Quilombo Grilo, o fortalecimento das identidades e a formação territorial se deram a partir da reprodução de um núcleo familiar central, a família de Paquinha, cujos saberes e práticas, como destaca Soares (2021), são um reflexo de um sistema de resistências que, ao longo do tempo, preservou as tradições afro-brasileiras.

A localidade, anteriormente conhecida como Sítio Serra Rajada, era marcada por um regime de trabalho que lembrava o controle escravocrata, configurando-se como uma continuidade da casa-grande na pós-abolição. Assim, a construção e a manutenção do quilombo, liderada por Paquinha, não só deram continuidade à luta pela terra e pela liberdade, mas também foram essenciais para a preservação das práticas culturais e das tradições de resistência das mulheres negras.

Tecendo Territórios e Fortalecendo Identidades

Adotamos a concepção de território proposta por Haesbaert (2002), que argumenta que o território está sempre relacionado ao poder, mas não se limita apenas ao "poder político" tradicional. Para o autor, o território envolve tanto o poder concreto, relacionado à dominação, quanto o poder simbólico, que diz respeito à apropriação (Haesbaert, 2002, p. 20). A apropriação simbólica é uma estratégia territorial adotada pelos grupos quilombolas, que acionam sua identidade em contextos de conflitos territoriais, uma vez que essa identidade

se configura como um instrumento de garantia de direitos.

Nesse sentido, é no confronto com as tentativas de apropriação privada de seus territórios que muitas comunidades quilombolas (re)constroem suas identidades (Cordeiro, 2020). Esse processo corrobora as observações de Bonnemaïson (2012), que afirma que “não existe etnia ou grupo cultural que, de alguma forma, não tenha se investido física e culturalmente em um território” e que “assim como a ideia de cultura caminha paralelamente à ideia de etnia, toda cultura se manifesta, além de um discurso, como uma forma de territorialidade” (Bonnemaïson, 2012, p. 286).

Maracajá (2013) destaca as particularidades na constituição do Quilombo Grilo. A autora aponta que a história de formação do território da comunidade não remonta à fuga dos escravizados, nem à formação dos quilombos históricos no Brasil.

Não! São, de fato, ‘histórias de quilombolas’. Mas, se não era um lugar para ‘negros fugidos’, o que lhes deu o direito de serem reconhecidos como remanescentes de quilombo? Os quilombolas da Comunidade Grilo se reconhecem como uma comunidade negra rural. Eles têm uma ‘trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão histórica sofrida”, conforme estabelece o Artigo 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (Maracajá, 2013, p. 53).

Segundo Araújo dos Anjos (2011), existiu um intenso processo de pulverização das distintas matrizes africanas nas vastas extensões do território colonial, com a estratégia de dificultar a organização das populações negras, extinguir suas línguas de origem e impossibilitar a continuidade de suas culturas. Esses dispositivos reais foram criados para que as populações oriundas da África perdessem suas referências identitárias, resultando, assim, na diluição da identidade étnica africana no Brasil.

Corroboramos com o autor ao afirmar que esse é mais um fator geográfico que “colabora para a falta de uma referência ancestral de origem da população africana, com interferências profundas na sua cidadania e no sentimento de pertencimento territorial” (Araújo dos Anjos, 2011, p. 267). No Grilo, a ausência de referências étnicas oriundas da diáspora africana funcionou também como um mecanismo de silenciamento, mas foi rompido com a construção do “ser” quilombola.

No que diz respeito aos trâmites de identificação e titulação do território da comunidade Grilo, o processo foi impulsionado pela mediação e pelos debates promovidos pelos membros da AACADE-PB. Concordamos com Maracajá e Rodrigues (2015) ao afirmar que, embora os movimentos sociais, as ONGs e as pastorais desempenhem papéis importantes nesse cenário, proporcionando protagonismo às comunidades e incentivando-as a reivindicar sua identidade negra, não constroem algo novo, mas ativam o que há de mais identificador nesses grupos: a memória.

Apesar da atuação da AACADE-PB, Paquinha já se destacava na comunidade como líder de uma movimentação que não aceitava mais migalhas e que reivindicava melhorias. Em meados de 2001, Paquinha assumiu a

liderança na construção da sede da Associação Quilombola Nossa Senhora de Aparecida do Grilo. Uma das grandes habilidades de Paquinha é a de construir, seja casas ou projetos. Usando sua habilidade, força de vontade e os poucos recursos disponíveis, ela deu início à construção da residência que, em pouco tempo, iria se transformar na sede política da associação quilombola.

Paquinha relata que, ao estar à frente dessa mobilização, foi acusada, ameaçada e vilipendiada, chegando a ouvir frases como "aquela nêga vai tomar as terras dos outros" e "essa nêga tá pegando a terra que não é dela". Contudo, essas ameaças jamais a amedrontaram ou impediram de seguir em frente, pois, como ela mesma diz: "eu nasci pra isso!". Abdias Nascimento já alertava para a necessidade de os negros e negras brasileiros e brasileiras recuperarem sua memória, pois ela vem sendo agredida sistematicamente pela estrutura de poder e dominação há quase 500 anos. Muitas comunidades negras rurais são vítimas de graves distorções de seu passado histórico, de suas identidades e direitos.

A branquitude brasileira tornou a alienação colonial e escravista um projeto político de dominação, visando que as populações negras fossem vistas, e se vissem, como diferentes, exóticas e sem direitos. Esse projeto tentava implantar nas mentes dessas pessoas o sentimento de inferioridade e subalternidade, o que é grotesco e falacioso. Como bem disse Nascimento (2002, p. 334), "o negro está longe de ser um arrivista ou um corpo estranho: ele é o próprio corpo e a alma deste país". Portanto, mesmo com a violência colonial, que resultou no rapto de aproximadamente 4 milhões de negros entre 1520 e 1850, e com a continuidade da crueldade direcionada a esses povos, essa força ancestral se repete ainda hoje e se territorializou no Brasil, na imagem do quilombo, como afirma Moraes (2019).

Até ser reconhecido legalmente como quilombo, Paquinha se mobilizou intensamente para engajar a comunidade e consolidar a articulação necessária. Frente à morosidade dos órgãos fundiários (federais e estaduais) responsáveis pelos trâmites jurídicos, Paquinha e o Grilo resistiram até que a titulação quilombola fosse finalmente concedida, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

Segundo Maracajá (2013), foi por meio de um direito conquistado, com base nas legislações federal e estadual, que a comunidade Grilo, no início de 2006, encaminhou a documentação à Fundação Cultural Palmares, solicitando o registro, em livro, do reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, conforme especificado no Decreto nº 4.887. Somente em fevereiro de 2013 foi publicada a Portaria nº 54, no Diário Oficial, reconhecendo e declarando como terras da comunidade remanescente quilombola Grilo a área de 138,8964 hectares, localizada no município de Riachão do Bacamarte (Maracajá, 2013, p. 60).

O autorreconhecimento como quilombola foi o princípio fundamental que garantiu à comunidade o direito à terra. No entanto, esse processo, que envolveu o reconhecimento do território e das pessoas que ali habitavam como parte de um processo histórico e étnico, partiu de um olhar externo. Os moradores e moradoras da comunidade Grilo tiveram que lidar com uma espécie de "pedagogia ancestral, histórica e geográfica", para que pudessem compreender o conceito de quilombo e se reconhecer enquanto quilombolas.

Nesse contexto, o ato de "aquilombar-se" passou a ser uma base essencial para consolidar uma identidade que até então não estava plenamente definida. Concordamos com Abdias Nascimento (2002) ao afirmar que, no Brasil, a elite dominante sempre procurou evitar ou dificultar que os negros e negras brasileiros, após a abolição, assumissem suas raízes étnicas, históricas e culturais.

Esses processos de luta continuam sendo sustentados pela construção da identidade quilombola, que reforça o pertencimento ao território e reafirma o sujeito como detentor de direitos perante o Estado. A explicitação das identidades e dos territórios tradicionalmente ocupados subverte a invisibilidade imposta por um olhar colonial. Como afirma Ferreira (2017), a visibilidade e o reconhecimento dessas identidades e territórios são essenciais para quebrar a marginalização a que foram submetidos.

Amador de Deus (2012) declara que os quilombos alimentam não apenas a luta e a resistência, mas também o sonho de construir uma sociedade mais justa, onde o racismo e a discriminação racial não tenham mais espaço. Para Paquinha, o quilombo, a luta, o sonho e a esperança são as bases de sua existência. É a terra daquele quilombo, e o que dela brota, que dá sentido à sua vida.

Não apenas o alimento, o sustento e o teto, mas daquelas terras também nasce a identidade, o sentimento de pertencimento e o afeto. Esse sentimento é expresso na seguinte narrativa de Paquinha: "O Grilo pra mim é tudo! O Grilo é fortalecer. É viver. É ficar". O autorreconhecimento abriu caminho para uma descoberta que vai além da busca pelo título da terra. Reconhecer e aceitar a negritude fincada como raiz nos seus corpos também foi um processo instigado pela ideia-força de quilombo. Paquinha revela que:

Você vivia isolado! Se você fosse daqui pra Brasília ou Rio de Janeiro, você ia com medo de alguém olhar pra sua pele, pro seu cabelo, pras suas unhas. Hoje, se olhar, olhou. Eu sou quilombola! Sou da terra! Antes, quando eu saía, eu me escondia. Ficava ali pelos cantos com vergonha. Foi o Grilo que tirou todo esse meu medo. Ser quilombola é muito melhor, porque tirou todo medo.

Percebe-se que a fala de Paquinha revela dois contextos distintos: um antes da formação do quilombo, marcado pelo amedrontamento, insegurança, isolamento, estranhamento, vergonha e subalternidade; e outro após a constituição do quilombo, caracterizado pelo fortalecimento do pertencimento racial, enfrentamento, firmeza, dignidade e orgulho.

O quilombo reativou a ancestralidade e a autoestima dos moradores e moradoras de Grilo, que até então haviam sido esquecidos pela história e marginalizados pelo Estado brasileiro. Inicialmente vistos como simples trabalhadores rurais, desprovidos de passado, história e cultura, Paquinha e a comunidade Grilo demonstram a veracidade da afirmação de Abdias Nascimento na década de 1980. Para ele, o quilombo não era sinônimo de escravo fugitivo; quilombo significava uma reunião livre e fraterna, solidariedade, convivência e comunhão existencial. E, independentemente da legitimação do Estado, Grilo já representava isso.

O relato de Paquinha também nos remete ao conceito de racismo cotidiano, apresentado por Grada Kilomba (2019). Esse tipo de racismo é entendido como o acúmulo de eventos violentos que, ao mesmo tempo, revelam um padrão histórico de abuso racial, abrangendo não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma colonial.

Esses traumas, tanto individuais quanto coletivos, são ativados pela cultura branca dominante, onde o trauma “histórico e coletivo da escravização e do colonialismo” é reencenado no racismo cotidiano, resultando na permanência do “Outro” subordinado e exótico da branquitude (Kilomba, 2019, p. 215). Para Kilomba, embora a escravidão e o colonialismo possam ser vistos como coisas do passado, suas consequências estão intimamente ligadas ao presente. O racismo cotidiano, exemplificado pelo medo e pelo isolamento que Paquinha descrevia sentir, é superado pela consciência de ser quilombola.

Malcolm Ferdinand (2022) afirma que essa “metamorfose crioula” possibilita aos quilombolas a redescoberta do “eu” e do “nós” por meio de uma relação com o corpo, com um pertencimento cultural que se manifesta em uma nova liberdade, além de um pertencimento ao mundo por meio da participação na organização da vida coletiva. O processo de aquilombamento no Grilo abriu espaço para a descoberta de um novo corpo: “como um dançarino que sai de uma gaiola... o quilombola metamorfoseado descobre-se um corpo capaz de voar” (Ferdinand, 2022, p. 175).

Antônio Bispo dos Santos (2015) (*in memoriam*) trata tanto os povos africanos quanto os povos originários das Américas de forma semelhante. Ele os considera “contra-colonizadores”. Apesar das particularidades e especificidades nos processos de escravização, Bispo dos Santos define os quilombolas e os povos indígenas como “povos afro-pindorâmicos”, pois ambos se opuseram ao projeto colonial. O autor utiliza o conceito de contra-colonização para se referir aos processos de resistência e luta em defesa dos territórios desses povos.

A contra-colonização, para Bispo dos Santos, é uma discussão teórico-prática fundamentada na experiência e vivência política dos quilombolas, oferecendo ferramentas para investigar e compreender os diversos modos de resistência dos povos que se recusaram a se submeter ao domínio colonial. Nesse sentido, o entendimento contra-colonial se expressa nas práticas, no modo de vida e na cosmogonia dos povos afro-pindorâmicos.

Para Bispo dos Santos, os povos afro-pindorâmicos foram, e continuam sendo, marginalizados, sendo vistos como inferiores, religiosamente desprovidos de alma, intelectualmente incapazes, socialmente sem costumes e culturalmente selvagens. No entanto, a partir da perspectiva de resistência cultural, essas identidades têm sido ressignificadas como uma forma de combater o preconceito e o etnocídio praticados contra esses povos e seus descendentes.

Os escritos de Antônio Bispo dos Santos (2015) dialogam diretamente com a narrativa de Paquinha, transcrita acima, pois expressam de forma precisa a ressignificação das identidades a partir da noção de quilombo. Por meio de Paquinha, as identidades coletivas se mantiveram em resistência à invisibilidade e ao racismo. O peso de liderar esse intenso processo de descoberta e ressignificação recaiu sobre os ombros de uma mulher que, até

hoje, continua a atuar no projeto de contra-colonização.

Gestada, parida e criada na comunidade do Grilo, Paquinha, aos 63 anos, (sobre)viveu a partir da terra e da roça. Ela sempre lembra que “tudo o que eu tenho veio da terra. A casinha que eu tenho hoje veio da terra”. Nascida de um ventre forte, Paquinha via na mãe, Maria das Dores Coelho Tenório (*in memoriam*), Dona Dôra, uma referência. Foi Dona Dôra quem iniciou a luta, que foi prosseguida pela filha.

A trajetória de Paquinha se manifesta a partir do movimento e da mudança, que, ao construir novas identidades, transita pelos papéis exercidos no espaço público (como liderança do quilombo), no espaço privado (sua casa) e no trabalho (como trabalhadora rural). É a partir dessa amplitude — que compõe a trajetória de Paquinha — que ela conseguiu reunir forças para que as identidades e as territorialidades presentes no Quilombo Grilo fossem reconhecidas.

Paquinha, que nunca se identificou com afazeres domésticos, afirma com veemência que seu verdadeiro gosto é trabalhar com a terra e com a construção, ou, como ela costuma dizer, “bater tijolo”. O espaço político e social do quilombo é constituído por outros parâmetros, que não reproduzem a ideologia hegemônica de gênero, a qual subordina a mulher às opressões socialmente aceitas, como a divisão sexual e social do trabalho, que acaba por dificultar a participação das mulheres como agentes políticas de transformação no espaço rural (Garcia; Junior, 2002).

Lélia Gonzalez (2020) já alertava que ser negra e mulher no Brasil é ser alvo de uma dupla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no topo das hierarquias de opressão. O racismo e o sexismo, conforme apontado por Lélia Gonzalez, produzem efeitos violentos, especialmente sobre a mulher negra. Sendo trabalhadora rural, pedreira, esposa, mãe e liderança quilombola, Paquinha rompe com as imagens de controle impostas aos corpos dessas mulheres.

Abrir os Caminhos para Esperançar Dias Melhores

Além das metáforas que surgem ao afirmarmos que Paquinha “abriu os caminhos” no processo de aquilombamento do Grilo, há uma literalidade importante nessa afirmação. O Quilombo Grilo foi estabelecido em um território de relevo acidentado, em uma serra íngreme marcada por vários afloramentos rochosos. Esse alto relevo não só contribui para uma paisagem de grande beleza cênica, mas também confere ao local uma posição estratégica, permitindo a visão de diversas outras pequenas localidades que se constituíram ao seu redor.

Essa paisagem, portanto, não é apenas um marco visual, mas também simbólico, representando a resistência e a presença quilombola em meio à adversidade do território. O processo de construção do Grilo, portanto, não se deu apenas em termos de organização social e política, mas também em um sentido físico, desafiando as limitações impostas pela geografia local.

Foto 1 – Quilombo Grilo



Fonte: autor, 2023.

Devido à condição geomorfológica do território, o acesso à comunidade e a mobilidade interna eram quase inexistentes. A área, com seu relevo acidentado e repleto de afloramentos rochosos, dificultava não apenas a locomoção, mas também as conexões com o mundo exterior. Indignada com essa situação e ciente de que essa limitação representava um obstáculo à melhoria da qualidade de vida de todos, Paquinha, ainda adolescente, vislumbrou um grande projeto: romper as barreiras naturais e abrir caminhos no terreno pedregoso do quilombo.

A mobilidade dentro da comunidade era severamente restrita pelas rochas, dificultando até mesmo o deslocamento a pé, com o risco constante de escorregões e quedas. Além disso, o acesso à cidade, e com ele, a serviços essenciais como hospitais, comércio, escolas e outras infraestruturas vitais, era praticamente impossível devido à ausência de rotas seguras.

Diante dessa realidade, Paquinha não se deixou paralisar. Com um espírito de liderança e determinação, ela começou a abrir os caminhos do quilombo. Em sua memória, esse processo de transformação do território é marcado pela coragem e pela visão de um futuro mais acessível e digno para sua comunidade. Ela revela que:

Aqui nunca teve caminho pra passar, nem a pé, nem de burro... não tinha. Só tinha uma trilhinha pra passar. Era mato de um lado e mato do outro. Com 16 anos, eu já comecei a abrir os caminhos. Daí eu vim com essa ideia de quebrar a pedra, de abrir o caminho.

O processo de "abrir os caminhos" na comunidade Grilo envolvia um trabalho árduo e uma técnica improvisada que visava transformar um terreno acidentado e de difícil acesso. Paquinha explica que sua estratégia consistia em quebrar as rochas, o que promovia um nivelamento gradual do solo e facilitava

a locomoção pela área. Ela revela, com simplicidade e determinação, que "quebrava a pedra com lenha", uma referência ao uso de ferramentas rústicas e da força física para superar os obstáculos naturais que bloqueavam o acesso e a mobilidade.

Esse trabalho de romper as barreiras geográficas não era apenas uma questão prática de melhorar a infraestrutura local, mas também representava um esforço para emancipar a comunidade, facilitando o acesso a recursos essenciais como escolas, hospitais e mercados, até então difíceis de alcançar.

A utilização de lenha para quebrar as pedras ilustra a engenhosidade de Paquinha, que, com os recursos limitados de sua realidade, encontrou uma solução criativa para um problema estrutural e social que afetava a todos no quilombo. Ao investir seu tempo e esforço nesse trabalho, ela não só contribuiu para melhorar a qualidade de vida da comunidade, mas também fortaleceu o senso de pertencimento e resistência. Ações como essa demonstram como o Quilombo Grilo, nas palavras de Paquinha, não era apenas um espaço físico, mas um projeto coletivo de transformação social.

[...] lenha de angico, de juá, de qualquer tipo de lenha que eu tivesse. E era muita lenha para eu quebrar. Eu tacava fogo nas pedras e depois jogava água nelas. Aí, quando as pedras trincavam, eu as quebrava com a marreta.

No auge de sua sagacidade, Paquinha utilizou os elementos da natureza para promover a desintegração das rochas, forçando um intemperismo físico nas rochas. Com uma compreensão aguçada dos processos de erosão, ela soube como agir sobre o solo acidentado do Grilo para transformar aquele terreno desafiador. Paquinha revela:

Trabalhei vários dias e várias noites. Trabalhei muito. Isso aqui é mais de 20 anos de trabalho para hoje poder passar carro, burro, e etc. A luta foi longa e eu não tive apoio nenhum do governo. Há 20 anos, era só eu; depois, a comunidade passou a ajudar. Fui abrindo, fui quebrando. Eu e meus irmãos, e eu era a líder. Muitas pessoas ficaram com raiva, mas enquanto eu tinha o apoio dos meus irmãos, não parei. Um era a favor, o outro contra, mas eu não liguei, continuei assim mesmo. Depois que abri o caminho, começou a passar burro, moto e carro.

Foi a partir da ação de "abrir os caminhos" que Paquinha viabilizou uma territorialidade mais concreta e efetiva no Grilo. Ao criar ruas e trilhas, ela possibilitou que os moradores e moradoras do quilombo não apenas ocupassem o território fisicamente, mas também se apropriassem dele de maneira mais profunda e significativa.

Nesse processo, o território se transformou em algo mais do que um simples espaço físico, passando a ser carregado de significados e relações simbólicas. Como destacam Almeida (2017) e Maracajá (2013), a territorialidade é construída através dos vínculos estabelecidos pelos indivíduos com o espaço, e esses vínculos, que envolvem as dimensões material, simbólica, cultural e

afetiva, configuram as diversas formas de pertencimento e identidade.

Hoje, a mobilidade pelas ruas do quilombo, que permite a circulação segura pela comunidade, é fruto do esforço incansável de Paquinha. Ela não apenas fez o território acessível fisicamente, mas também fortaleceu a apropriação desse espaço pelas pessoas do Grilo, criando condições para uma vivência mais plena. Paquinha, com sua força e determinação, tornou-se a verdadeira personificação da potência feminina. Seu trabalho de abrir os caminhos foi, portanto, muito mais do que uma tarefa de escavar o solo; foi uma ação que abriu, também, outros caminhos: os da luta, da resistência, da afirmação de identidade e da dignidade coletiva de sua comunidade.

Foto 2 e 3 – Uma das principais ruas do Quilombo Grilo



Fonte: autor, 2023.

A renúncia à sua vida pessoal, ainda na adolescência, em favor de um bem coletivo, já evidenciava os posicionamentos políticos e sociais firmemente enraizados em Paquinha. O trabalho árduo que ela desempenhou para abrir os caminhos no quilombo confirma a assertiva que ela mesma expressou no início deste texto: “Eu nasci pra isso”. E, de fato, nasceu para essa missão. Mesmo diante das dores e desafios que enfrentou ao longo de mais de 20 anos de luta pela terra e pelos direitos de sua comunidade, sua força, grandeza e inteligência permanecem inabaláveis, refletindo a força de sua trajetória.

No entanto, Paquinha não apenas abriu caminhos na comunidade, ela desbravou novas possibilidades e alternativas para o povo do Grilo. Ela abriu o caminho para o reconhecimento racial, ancestral e identitário daqueles que ali habitam. Ao quebrar as rochas e transformar o terreno, Paquinha não criou apenas vias de acesso, mas também esculpiu um território de resistência, um espaço onde os moradores e moradoras não são apenas habitantes, mas protagonistas de uma história de luta, afirmação e ressignificação cultural.

Considerações Finais

Por esses e tantos outros motivos, a trajetória de Paquinha — mulher negra, trabalhadora rural, pedreira, mãe de família e liderança quilombola — revela-se como um exemplo extraordinário de resistência e força. Ela não apenas

Leide Joice Pontes Portela, Maria Salomé Lopes Fredrich

despertou a si mesma, mas também aos seus, mostrando o caminho da luta e da afirmação.

Paquinha não sucumbiu ao projeto de apagamento da memória, da história e da cultura, mas se fez grande, forte e corajosa diante dos desafios. Sentiu as dores da exposição e dos julgamentos, mas jamais abandonou a causa coletiva, que reivindica o reconhecimento, o respeito e o direito à cidadania plena. Mesmo sem conhecer os marcos legais relacionados à terra e aos direitos quilombolas, ela já intuía que algo precisava ser feito para garantir o futuro de sua comunidade.

Quando Paquinha diz que nasceu para isso, ela reconhece e acolhe sua missão: lutar e resistir em favor do bem coletivo. Assim como seu trabalho diário no roçado exige cuidar da terra, adubar, plantar e colher, Paquinha semeou também, em si mesma e em seus companheiros e irmãs, o sentimento de irmandade e pertencimento. Ali, a terra se enegreceu, assim como as identidades que a ela se ligam.

Leonilda Coelho Tenório dos Santos, ao refletir sobre as interseções de poder que envolvem o racismo e o sexismo, teceu uma teia capaz de fortalecer as identidades, o território e as territorialidades quilombolas. E essa teia, formada por saberes-fazer, entrelaça-se ao modo de vida, ao trabalho cotidiano, à cultura e à luta política, sendo, em grande parte, tecida pelas mulheres. Paquinha, com sua atuação incansável, subverte o lugar de subalternidade que historicamente foi imposto às mulheres quilombolas, reafirmando o poder e a importância dessas mulheres na construção de suas comunidades e na luta por seus direitos.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coordenação de Djamila Ribeiro (Coleção Feminismos Plurais, Série III). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 2, 2017.

AMADOR DE DEUS, Zélia. Espaços africanizados do Brasil: algumas referências de resistências, sobrevivências e reinvenções. Revista eletrônica: **Tempo – Técnica – Território**, v. 3, n. 2, 2012.

ARAÚJO DOS ANJOS, R. S. Dos. Cartografia da Diáspora África - Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, out. 2011.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: uma antologia** (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

CORDEIRO, P. R. O. Racismo e regularização fundiária dos territórios das comunidades quilombolas da Bahia. **Revista da ABPN**, v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temáticos: “Geografias Negras”, 2020.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo Caribenho. Tradução de Letícia Mei; prefácio de Angela Davis; posfácio de Guilherme Moura Fagundes. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERREIRA, S. R. B. Conflitos territoriais e a explicitação de matrizes de racionalidade divergentes: projetos desenvolvimentistas e a emergência de re-existências dos povos e comunidades tradicionais no Espírito Santo. *In*: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo (Org.). **Geografia e giro decolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

GARCIA, M. F.; JUNIOR, A. T. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. 1, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-Latino-Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: setembro, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 2 ed. Fundação Cultural Palmares; OR Editorial Produtor Independente, 2002.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural. *In*: RATTIS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza – Imprensa oficial, 2006.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MARACAJÁ, M. S. L. **Território e memória: a construção da territorialidade étnica da comunidade quilombola Grilo, Paraíba, 2013**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MARACAJÁ, M. S. L.; RODRIGUES, M. F. F. Comunidade quilombola Grilo, Paraíba: Narrativa sobre a construção do território e da territorialidade. **Cadernos Imbondeiro**, UFPB, João Pessoa, v. 4, n. 1, 2015.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MONTEIRO, Gabriel Romagnose Fortunato de Freitas. Panorama Geohistórico dos quilombos no Brasil: notas para (re)pensar a formação

territorial brasileira. **Revista da ABPN**, v. 2, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras”, 2021.

MORAES, Marcelo. A filosofia Ubuntu e o quilombo: a ancestralidade como questão filosófica. **Revista África e Africanidades**, ano XII, n. 32, 2019.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

SILVA, Joseli M.; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: SILVA, Joseli M.; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças (Org.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. 2014.

SOARES, M. R. P. **Territórios insurgentes: a tessitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas**. Espaço Temático: Terra, Território e América Latina, 2021.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Leide Joice Pontes Portela: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Escrita (primeira redação).

Maria Salomé Lopes Fredrich: Conceituação, Análise Formal, Supervisão, Curadoria de Dados, Escrita (revisão e edição).

Recebido em 18 de junho de 2024.

Aceito em 30 de novembro de 2024.

Leide Joice Pontes Portela, Maria Salomé Lopes Fredrich

